



Revista Saúde em Redes (ISSN 2446-4813), v. 8, n. 3 (2022).

EDITORIAL

DOI: 10.18310/2446-4813.2022v8n3p01-06

## Esperançamento para a superação da crise civilizatória: gerando inovações à Educação e à Saúde na produção e divulgação científica a partir do cotidiano do trabalho

Hope for overcoming the civilizing crisis: generating innovations in Education and Health in scientific production and dissemination based on daily work

**Alcindo Antônio Ferla**

E-mail: ferlaalcindo@gmail.com

ORCID: 0000-0002-9408-1504

**Jaqueline Miotto Guarnieri**

E-mail: jaquemguarnieri@gmail.com

ORCID: 0000-0002-1727-4687

**Frederico Viana Machado**

E-mail: phredvm@gmail.com

ORCID: : 0000-0002-8884-1124

**Renata Riffel Bitencourt**

E-mail: renatariffel@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5172-1049

**Resumo:** O presente artigo traz uma retrospectiva do conturbado contexto social do ano de 2022 e rememora as produções da Revista Saúde em Redes e da Editora da Rede Unida. Finaliza, portanto, as publicações do ano de 2022 da Editora e traz esperançamento para um novo ano e ciclo que se inicia em 2023.

**Palavras-chave:** Ciência, Tecnologia e Sociedade; Saúde Coletiva; Educação em Saúde

**Abstract:** This article presents a retrospective of the social context of the year 2022 and recalls the productions of Revista Saúde em Redes and Editora da Rede Unida. It concludes, therefore, the Editora's publications for the year 2022 and brings hope for a new year and cycle that begins in 2023.

**Keywords:** Science, Technology and Society; Public Health; Health Education

### Introdução

O último editorial de 2022 acompanha o encerramento de uma trilha que, há algum tempo, vem sendo feita com ventos contrários. Mesmo antes da pandemia tínhamos um solo pouco fértil para a ciência, com ataques constantes à educação, desfinanciamento e total desvalorização, que foi se agravando com o passar do tempo. No âmbito da saúde e assistência social não foi diferente. Com

efeito, chegamos ao final de 2022 com mais de 690 mil óbitos por Covid-19, além de tantas outras pessoas que agora vivem com sequelas ou ainda enfrentam as consequências da pandemia. A fome talvez seja a pior delas e, enquanto alguns poucos aumentaram sua fortuna de forma astronômica, mais de 33 milhões de pessoas viram qualquer alimento se tornar artigo de luxo.

Ao compormos esse manuscrito, que cumpre a função do último editorial da Saúde em Redes de 2022, como dito acima, é inevitável que retomemos a reflexão sobre a crise civilizatória na qual estivemos mergulhados nos últimos anos, que atravessa de várias formas o campo de interfaces da educação e da saúde, permitindo-nos um esperar mais vigoroso. Relembrar é também remexer nas camadas de fatos que se depositaram ao longo da história e, ao mesmo tempo, nas energias que interagiram para a composição de tais fatos, reavivando também a potência que está viva para produzirmos mudanças. E há mudanças que seguem sendo muito necessárias na produção do conhecimento e das tecnologias úteis e oportunas para a educação e para o trabalho na saúde, para o compartilhamento de saberes, para reavivar políticas públicas inclusivas, para fortalecer a democracia, que estão pedindo passagem na nossa história recente.

As mudanças, no sentido de inovações, precisam tornar-se imunes aos modismos de “novidade”, que, muitas vezes, ecoam como cantos de sereia para processos históricos. As disputas enunciativas que tornaram a expectativa de emancipação de pessoas e grupos sociais mais vulnerabilizados em um verdadeiro pecado, uma acusação grave, incorporada como tal inclusive no discurso e na prática de parte desses mesmos grupos é ilustrativa da quimera da novidade, quando aparece como inovação. Nem nos ocuparemos de listar os inúmeros exemplos que frequentaram as mídias, as ruas, as igrejas e os corredores das instituições de ensino e pesquisa nos últimos tempos. Na guerra cultural que nos atravessou nos últimos anos, muitos de nós esquecemos a lição freireana da educação emancipadora, que, ao contrário, faz com que a “novidade” desejada pelas pessoas vulnerabilizadas seja tomar o lugar dos opressores.

Aqui, no último editorial do ano de 2022, vale registrar o compromisso da Saúde em Redes, como da Editora e da Rede Unida, de seguir na escuta cuidadosa das iniciativas locais e do trabalho das pessoas que fazem a saúde e a educação no cotidiano, para dar visibilidade às redes rizomáticas de saberes e poderes que engendram a saúde em cada território, para dar corpo às inovações (que não são reféns dos rearranjos de “novidades”, que recolocam no cotidiano os mesmos problemas) mas, também, e não menos importante, para diversificar pontos de vista que compartilham a mesma base ética em relação à defesa da vida e das saúdes, para descolonizar o pensamento, para apoiar novas concepções e leituras do contexto, para abrir as metodologias e teorias à complexidade. Não é apenas a disseminação de conhecimentos, é também contribuição epistêmica, que transcende ao teórico e ao metodológico, renovando a capacidade da ciência, da educação na saúde, das práticas sociais de cuidado e ensino e das instituições aos desafios que emergem das sociedades, nos diversos territórios, para produzir saúde e democracia. Por isso, olhar o percurso desses últimos anos é fundamental.

Desde 2013, a Editora Rede Unida ocupa-se dessa tarefa. Entraremos no 10º ano de um trabalho intenso, muitas vezes desgastante, mas sempre profícuo, graças à enorme rede de colaborações. Nos últimos seis anos, encaramos a crise civilizatória de frente e expandimos nossa produção, diversificando ainda mais autores, cenários e ideias.

### A crise civilizatória atravessa a educação e a saúde

A crise civilizatória (FERLA et al., 2020), cujos germens vinham sendo cultivados há alguns anos, eclodiu fortemente nos últimos seis anos com a combinação de esgotamento das políticas sociais inclusivas, com a asfixia das universidades públicas, incluindo a perseguição de servidores e a criminalização das articulações entre a pesquisa, o ensino e as políticas públicas, com a elitização da economia e do trabalho (impossível não ecoar nos tímpanos democratas a “denúncia” do ministro da economia de que os filhos das empregadas domésticas estavam lotando vôos para viagens a parques temáticos supostamente de acesso privativo à elite econômica), o desfinanciamento da pesquisa, a criminalização dos movimentos sociais, a milicianização do estado, de forma geral. Os recursos fiscais que faltaram para as políticas públicas se fizeram visíveis no fomento às armas, no patrocínio da pauta de costumes, no financiamento à quebra do princípio da laicidade do estado. Operação política de produção de imaginários, que também incluiu cenas patéticas com autoridades governamentais em rituais religiosos medievais no interior das instituições públicas, patrocinando a negação da ciência e da vida, empenhados numa guerra cultural sem precedentes no exercício do governo, criminalizando vítimas e buscando cristalizar uma cultura machista, misógina, sexista, xenofóbica, capacitista e elitista no cotidiano da sociedade brasileira. O saldo de seis anos de intensa guerra cultural, coordenada pelas autoridades federais, não poderia ser outro que não a fragmentação institucional e a resistência à democracia, como demonstram as manifestações descontentes com o resultado do pleito eleitoral de 2022. Essa não é apenas uma aproximação com a conjuntura geral do país, mas a identificação de ideias e iniciativas que tiveram impactos fortes no sistema de ensino, ciência, tecnologia e inovação brasileiro, que até 2016 tinham amplo reconhecimento internacional.

O Estado brasileiro e suas instituições mostraram sua face mais perversa, colocando em prática com grande afinco a necropolítica (MBEMBE, 2018). Povos historicamente oprimidos e desumanizados, empurrados a (sobre)viver nas áreas vulnerabilizadas das cidades cindidas (FANON, 1968; SANTOS, 2020), perderam os direitos bravamente disputados, por vezes ainda pouco alcançados, não apenas como possibilidade objetiva, mas, também, como perspectiva existencial (MARTINS, 2022). Talhando a guerra cultural a machadadas, a resistência a essas iniciativas requereu muita força para que a “esperança” se transformasse em verbo, em “esperançar”, e abrisse caminho para novas estratégias de autodefesa coletiva.

Não há aqui exagero de expressão: as mortes produzidas no ambiente urbano, sobretudo nas periferias urbanas (negros e negras, pobres, mulheres, militantes dos movimentos sociais) e rurais (ambientalistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos ...), a degradação intensa do ambiente, a apropriação privada de propriedades públicas (grilagem de terras, privatização das margens de rios e mares - inclusive com disputas judiciais ruidosas entre posseiros - a privatização de parques e praças, o cercamento de ambientes públicos, a suspensão de transporte público acessível... há muitas evidências de machadadas sobre a vida como recurso de poder para a conquista e para a supremacia de interesses privados! Esses modos de exercer a política e o governo criam bolsões de cultura no cotidiano da sociedade, disseminando modelos de atuação, criminosos, mas com visibilidade ampla, que os torna corriqueiros e, portanto, autorizados; desfaz os mecanismos repressivos de socialização que constituem a função do estado nas sociedades modernas; autoriza as disputas internas das instituições públicas a reproduzir comportamentos que fogem ao pacto

social que é representado pela Constituição e arcabouço legal; e, também, contamina o interior das instituições de educação e saúde.

Não são apenas questões que se prestam ao estudo e à pesquisa; são feridas abertas no interior do corpo institucional. Há um efeito contagioso no campo da ciência & tecnologia, das práticas pedagógicas e sanitárias! Não se pode considerar as inúmeras denúncias de maus tratos no interior dos serviços de saúde, de abuso de autoridade no interior das instituições de ensino e pesquisa, apenas condições isoladas, eventuais e casuais. Há uma produção cultural operando e é necessário um esforço ainda maior para retomar o ciclo civilizatório anterior, para seguir até platôs mais intensos de democracia e civilidade. Não estamos aqui pretendendo um texto-denúncia, mas uma convocação à mudança que não seja linear, como a tradição disciplinar que nos tomou nesse ciclo da revolução da ciência, senão uma compreensão ampliada e que mobilize também um pensamento complexo, necessário à produção da onda de ciência que nos pede passagem. Sim, há também uma crise epistemológica que precisamos enfrentar, e o principal sintoma dessa crise foi a facilidade com que a crise civilizatória se emaranhou no intestino das nossas instituições.

O novo governo, eleito democraticamente em 2022, que chega em momento de grande esperançamento da sociedade, apresenta pautas evidentes para a retomada do ciclo civilizatório, com inclusão e fortalecimento da democracia. É visível a agenda política de recomposição da capacidade institucional do governo federal de gerir políticas sociais, da saúde e da educação nessa direção, antes mesmo das autoridades assumirem os postos de comando. Diversificação étnica e de gênero nos cargos de direção, diagnósticos muito precisos da desestruturação promovida no último ciclo da história e do governo, retomada de compromissos políticos com movimentos sociais e organizações internacionais, formulação discursiva que classifica adequadamente como terrorismos os atentados à democracia e às instituições e que afirma a necessidade de recusar anistias a crimes dessa natureza; essas iniciativas visibilizadas no período da transição governamental não apenas dão mostras da determinação civilizatória do novo governo, como também consolidam compromissos com a comunidade global. Mas esse não é apenas um problema do governo; também é um problema que precisa ser enfrentado pelas instituições.

A perseguição a docentes, pesquisadores e técnicos envolvidos com o adensamento das políticas públicas de inclusão e apoio aos movimentos sociais que ocorreram no interior das instituições do sistema de ciência & tecnologia e inovação brasileiras, precisa ser assim recolocada para a sociedade. Essa é uma ferida institucional que não pode ser negada, sob pena de esvaziar a potência que a universidade tem para as respostas civilizatórias necessárias à sociedade. O aparato midiático policial construiu personagens de fácil consumo na sociedade, em processos de *lawfare* e assédio judicial que transplantaram a história e a contribuição de muitos servidores públicos, com efeitos permanentes na saúde mental, na produção e no desenvolvimento institucional. Há inúmeras produções jornalísticas e intelectuais que mostram os movimentos que, midiaticamente associados ao combate à corrupção, desenvolveram-se, na verdade, como máquinas de assédio e perseguição política aos docentes e às IES (FONSECA, 2017; TORRES, 2017; CARTA CAPITAL, 2018; MARKUN, 2021; SERRANO, 2022), com acusações que não justificariam nada além de uma investigação administrativa das próprias IES, se o objetivo tivesse sido identificar possíveis irregularidades. Normalmente iniciados com denúncia caluniosa no interior das próprias instituições, motivadas invariavelmente pela disputa de conceitos sobre os saberes e fazeres da

universidade pública nas sociedades contemporâneas, essas operações destruíram muitos degraus do desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil. É oportuno lembrar do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Dr. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, que abdicou da vida diante da maquinaria absurda de assédio que foi utilizada contra ele (MARKUN, 2021), mas também não é possível esquecer que, no mesmo período, foram desencadeadas de forma orquestrada, um conjunto de outras operações similares, atingindo diversas universidades públicas e vitimando docentes, técnicos e estudantes. Não é possível imaginar um novo tempo civilizatório sem que essas atrocidades tenham o devido tratamento legal e suas vítimas a devida indenização.

Mas não é apenas com a recuperação da memória dos principais eventos produzidos pelas instituições na guerra cultural desencadeada, de forma mais aguda, nos últimos seis anos, que queremos nos ocupar aqui. Além das denúncias e de buscar brechas na institucionalidade democrática, de diferentes ações no fortalecimento da democracia e do Sistema Único de Saúde (impossível não citar as parcerias com o Conselho Nacional de Saúde e com outras instituições brasileiras e de outros países), buscamos escutar ainda mais e de forma ainda mais sensível às diversidades de cada território.

A estratégia de resistência e inovação que usamos, e que não poderia ser diferente, foi de abrir caminho para que diferentes produções científicas, especialmente na área da saúde, pudessem circular com acesso aberto e gratuito, possibilitando a disseminação de conhecimento, a qualificação dos fazeres profissionais e incentivando novas produções, num exercício constante de Educação Permanente. Estudantes, pesquisadores, professores e profissionais de diferentes áreas de conhecimento, encontraram aqui um espaço para compartilhar suas experiências e outras maneiras de pensar e promover a saúde. O ano de 2022 foi o ano em que mais publicamos manuscritos na Saúde em Redes e nas demais publicações da Editora Rede Unida, mesmo sem financiamento estável e suficiente, mesmo com apoio pontual, mas com muita garra e vontade de seguir adiante.

Com reflexo disso, colhemos bons frutos nesse ano. Inúmeras atividades foram desenvolvidas no 15º Congresso Internacional da Rede Unida, realizado no território capixaba com cerca de 3 mil congressistas, 117 rodas de conversa, 2,3 mil trabalhos aprovados e outras mais de 70 atividades como távulas temáticas, fóruns internacionais, intervenções culturais etc. Ao todo, foram publicados 3 volumes regulares da Revista Saúde em Redes, compartilhando mais de 90 artigos com a comunidade da Editora. Publicamos mais 4 suplementos com artigos de Revisão, Relatos de Experiência e Anais de Eventos relacionados à Rede Unida, como o Congresso e os Encontros Regionais. Além disso, chegamos a mais de 240 livros já produzidos, mais de 60 somente esse ano.

Por isso, com a energia de bons encontros, com o compromisso ético e político com a vida e com as saúdes ainda mais aceso, com uma rede rizomática de pessoas apoiadoras e colaboradoras e com um universo de ideias e práticas ainda por escutar e divulgar, saudamos o ano de 2023 e o novo governo brasileiro. Saudamos esperançosamente, como quem está com energia para contribuir desde esses lugares que fomos fazendo parte ao longo dos 10 anos de nossa história, que se somam aos quase 40 anos do percurso militante da Associação Rede Unida, agora formalmente internacional. Como ilustração do fôlego e da potência com que nos apresentamos para esse novo ciclo civilizatório, organizamos neste último volume um conjunto de 36 manuscritos que somam

artigos originais, de revisão, relatos de experiências, resenhas. Compõem este número autores e instituições de todos os cantos deste país continental e que se unem na busca de uma saúde integral, universal e acolhedora para todos nós.

### Referências:

MARKUN, Paulo. **Recurso final**: a investigação da Polícia Federal que levou ao suicídio de um reitor em Santa Catarina. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Ricardo Fonseca, reitor da UFPR, relembra um 'ano de ataques' às universidades brasileiras**. Portal UFMG, 7 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ricardo-fonseca-reitor-da-ufpr-relembra-um-ano-de-ataques-as-universidades-brasileiras>

SERRANO, Pedro. **Serpente de duas cabeças**: Lavajatismo e bolsonarismo, irmanados na destruição do Estado de Direito, continuam à espreita. Carta Capital, 22/12/2022 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/serpente-de-duas-cabecas/>.

CARTA CAPITAL. Um ano da crise que opôs universidades e Polícia Federal: a Operação Ouvidos Moucos, que culminou com o suicídio do reitor da Federal de Santa Catarina, acirrou a tensão entre a PF e as instituições de ensino. **Carta Capital**, 14/09/2018. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-ano-da-crise-que-opos-universidades-e-policia-federal/>.

FERLA, A; MARTINO, A; MERHY, EE; BAPTISTA, GC; SCHWEICKARDT, JC; NICOLI, MA; PEREIRA MGA; SILVA, MRF; OROZCO-VALADARES, MA; CECCIM, RB; FRANCO TB. Um paradoxo civilizatório: a pandemia como desafio ao ensino e trabalho na saúde e como afirmação das vidas. **Saúde em Redes**. 2020;6(Supl.2):1-6. DOI: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3215>

TORRES, Aline. O suicídio do reitor para quem prisão foi ultraje e sentença de morte: acadêmico de Santa Catarina faz de morte ato de protesto contra quem o investigava Episódio alimenta debate sobre supostos excessos da PF e da aplicação da detenções. **El País**, 04/10/2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/politica/1507084756\\_989166.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/politica/1507084756_989166.html)

Frantz F. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 1968.

Martins AB. Efeitos da covid-19 nas populações em áreas vulneráveis nos centros urbanos: territórios periféricos em movimento, lutos e lutas. In: Valda F. et al. (org.).

A Pandemia e o Trabalho em Saúde: vozes do cotidiano. Porto Alegre: Editora Rede Unida; 2022. p. 80-100.

Mbembe A. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições; 2018.

Santos M. O espaço cidadão. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2020. 176 p.